

uma só palavra
todas as línguas

babel



HISTÓRIA
CRÍTICA
DA
LITERATURA
PORTUGUESA

Na capa: retrato do Duque de Lafões, de Alves de Sousa.
Por deferência da Academia das Ciências de Lisboa.

HISTÓRIA CRÍTICA DA LITERATURA PORTUGUESA

Direcção de CARLOS REIS
Professor Catedrático da Universidade de Coimbra



Volume IV

NEOCLASSICISMO
E PRÉ-ROMANTISMO

por

Rita Marnoto



Verbo



APRESENTAÇÃO

1. *A História Crítica da Literatura Portuguesa projecta no seu título o propósito que a inspira: do que aqui se trata é de acompanhar o movimento de evolução da Literatura Portuguesa, nos seus períodos literários, nas suas gerações, nos seus escritores e nos seus eventos relevantes, ilustrando-se esse movimento evolutivo com testemunho críticos que, em diversos tempos e sob distintas ópticas, foram sendo enunciados, História Crítica, portanto, por isso mesmo: ela não é uma História da Literatura «de autor» (ou autores), no mesmo sentido em que o são as de Teófilo Braga, Fidelino de Figueiredo, Mendes dos Remédios ou António José Saraiva e Óscar Lopes, esta última com grande (e justificada) aceitação escolar, desde a sua publicação. Não pretendendo substituir as Histórias da Literatura convencionais, a História Crítica da Literatura Portuguesa propõe-se empreender recolhas de tipo antológico e ordenadas por critérios marcadamente histórico-literários, de análises e de ensaios de variada dimensão, que integram a chamada bibliografia passiva suscitada por uma Literatura que conta oito séculos de trajecto cultural.*

2. *Que função pretende desempenhar uma História Crítica da Literatura Portuguesa? Fundamentalmente a de facultar ao estudante de Literatura Portuguesa, num estágio pré-universitário da sua formação, o contacto com diferentes abordagens críticas sobre autores, obras, períodos e gerações.*

O discurso crítico sobre a Literatura, exactamente por ser crítico, não é um discurso irrevogável; sendo formulado acerca de um discurso artístico – o literário – que é, por natureza, plurissignificativo e semanticamente instável, o discurso crítico é sempre um discurso relativo e superável. Por isso mesmo, ele é um discurso que deve ser confrontado com outros discursos, tão relativos e superáveis como ele; o que daqui decorre – o que daqui deve decorrer – é uma saudável (embora por vezes complexa e até controversa) polifonia de vozes

críticas que estimulará o leitor-estudante a enunciar o seu próprio discurso crítico, fazendo-o não forçosamente contra os restantes, mas a partir ou em função das pistas de reflexão que eles possam sugerir.

Como é evidente, toda a escolha é limitativa e mutilante. Por consequência, esta também o é, o que desde já se reconhece. Isso não impede que se diga que, apesar de tudo, a escolha de depoimentos críticos que aqui se leva a cabo permite o acesso rápido e cómodo a vozes críticas das mais relevantes da nossa Cultura, trazendo até ao leitor textos em muitos casos de difícil consulta, sobretudo por duas razões: ou por se encontrarem em obras esgotadas ou por provirem de revistas de restrita circulação. Ou ainda, razão a não perder de vista, porque o estudante de Literatura Portuguesa trabalha, não raro, em bibliotecas mal apetrechadas – ou até sem bibliotecas.

3. Cada volume da História Crítica da Literatura Portuguesa consta, para além do sumário e desta apresentação, de um conjunto de capítulos estruturados do seguinte modo:

1) *Uma introdução ao período, geração ou autor estudado, a qual constitui uma síntese histórico-literária, com alguma incidência crítica e socialcultural e com frequentes remissões para estudos em que as questões apresentadas podem ser aprofundadas. Essas remissões fazem-se pela simples referência ao nome do autor e à data de publicação do estudo em causa;*

2) *Uma bibliografia passiva não exaustiva, mas relativamente alargada e o mais actualizada possível. Nessa bibliografia podem ser desenvolvidas as remissões feitas na introdução;*

3) *Um conjunto de textos doutrinários de índole metaliterária, da autoria do escritor sobre que incide o capítulo ou daqueles que se consideram mais relevantes, no contexto de um determinado período literário ou geração literária. A ordenação destes textos é cronológica;*

4) *Um conjunto de textos críticos, seleccionados de entre mais ilustrativos, em relação ao autor, período ou geração literária estudados; a ordenação dos textos críticos obedece a critérios de ordem temática, normalmente representados no título atribuído ao passo ou passos escolhidos. Nestes (como nos textos doutrinários) eliminam-se eventuais notas, a não*

ser em casos em que se entenda que elas são absolutamente necessárias para a compreensão do texto; as supressões vão assinaladas com reticências dentro de parênteses. No final de cada texto, encontra-se a sua referência bibliográfica completa.

4. *A História Crítica da Literatura Portuguesa obedece a uma coordenação geral, responsável pela organização global da obra, cuja estrutura é a seguinte:*

- Vol. I – Idade Média*
- Vol. II – Humanismo e Renascimento*
- Vol. III – Maneirismo e Barroco*
- Vol. IV – Neoclassicismo e Pré-Romantismo*
- Vol. V – Romantismo*
- Vol. VI – Realismo e Naturalismo*
- Vol. VII – Do Fim-de-século ao Modernismo*
- Vol. VIII – Modernismo*
- Vol. IX – Do Neo-Realismo ao Post-Modernismo*

Cabe a um especialista na área (ou áreas) periodológica(s) que cada volume compreende, a responsabilidade (eventualidade em co-autoria) da sua organização interna, designadamente no que diz respeito à distribuição dos capítulos, à elaboração de introduções e bibliografias e à escolha de textos.

5. *No que respeita à expressão que identifica este volume – Neoclassicismo e Pré-Romantismo –, convém notar o seguinte: embora presentemente o conceito de «Pré-Romantismo» suscite fortes reservas por parte da teoria e da história da literatura, reservas que justificadamente levaram ao seu desgaste operativo, a verdade é que ele chegou a conhecer, também entre nós, alguma circulação crítica. A autora deste volume refere-se a isso mesmo de forma pormenorizada e fundamentada, no capítulo I. Sendo, entretanto um dos objectivos (ou talvez o principal objectivo) desta obra rastrear a fortuna de escritores, de gerações e de períodos literários, no trânsito histórico-crítico que conheceram, entendeu-se mais adequado que, sem prejuízo desta ressalva, o termo em questão comparecesse no subtítulo deste volume IV da História Crítica da Literatura Portuguesa.*

CARLOS REIS



CAPÍTULO 1

QUESTÕES PERIODOLÓGICAS
E QUADRO CONTEXTUAL



1. INTRODUÇÃO

1. O Neoclassicismo, na literatura portuguesa, é um período que foi caracterizado (Rebelo, 1983: 100-105) pela defesa de uma concepção de arte que pretende ser imitação da natureza, observando o princípio de verosimilhança; pelo tratamento de temas variados, entre os grandes exemplos do passado, o progresso da humanidade ou situações do quotidiano, a partir de um equilíbrio entre razão e sentimento; por objectivos de sobriedade e harmonia, quer no plano da forma, quer do conteúdo, especificados através de uma preceituação normativa; e por finalidades de ordem ética e cívica. Como tal, anda estritamente associado, no campo das ideias, ao pensamento das Luzes, ou Iluminismo (designado como *Aufklärung* pelos historiadores alemães), com o qual partilha uma mesma atitude de confiança no papel que cabe à literatura para a renovação e elevação dos horizontes do público a quem se dirige (Freire, *infra*, 1.3), através da difusão das Luzes do conhecimento. É susceptível de ser enquadrado numa época mais vasta, o Classicismo, que compreende, em sucessão, os períodos do Renascimento, Maneirismo, Barroco e, por fim, Neoclassicismo (Reis, 2008, *infra*, 1.4).

Os objectivos de *docere* e *movere*, para utilizar a terminologia da retórica, articulam-se ou sobrepõem-se ao de *delectare*, assim contrariando o gosto pelo ornamento. A reacção contra a exuberância barroca tem por contraponto a valorização dos escritores do século XVI, dos modelos da Antiguidade greco-romana e do panorama literário europeu da altura. As novas concepções que o plasmam difundem-se a partir do estrangeiro, num enquadramento que é típico de toda a literatura portuguesa, mas que adquire particular relevo num momento que já foi designado, sinopticamente, como o século da crítica, em virtude do dinamismo com que circulam as ideias em discussão. A atenção que, ao longo deste período, é dada a questões de doutrina estética, não incide de modo uniforme sobre todos os domínios genológicos e sobre toda a área cronológica. A atitude disciplinadora de prescrição poética culmina com o movimento de agremiação institucional designado como arcadismo, em particular com a Ar-

cádia Lusitana. Nesse interesse reflexivo e projectual, foi identificada uma dimensão utópica do Neoclassicismo (Borrvalho, 2002). Outra faceta dessa propensão teórica manifesta-se através do ímpeto polemista e da atracção pela sátira, que de forma alguma podem ser reduzidos a meros conflitos, por se integrarem num debate de ideias entre membros de um mesmo grupo, com implicações de doutrina estética (*infra*, 1.3, para a diatribe entre Bocage e José Agostinho de Macedo).

No século XVIII, o distanciamento relativamente ao que depois veio a ser designado como Barroco é expresso através do conceito de Seiscentismo, o qual terá sido pela primeira vez utilizado por Verney (Silva, 1995, *infra*, 1.4). A designação foi posteriormente retomada por Teófilo Braga e por outros críticos. Apesar de o Seiscentismo corresponder, nas suas grandes linhas, ao actual conceito de Barroco, não é possível fazer coincidir este período literário, sob o ponto de vista cronológico, com o século XVII. O Neoclassicismo coexiste com vários aspectos de um Barroco que se prolonga no tempo (*Hist. crit.*, vol. III) e cruza-se, na sua fase final, com elementos que prenunciam o Romantismo (*Hist. crit.*, vol. V). Aí se insere a questão do Pré-Romantismo, que foi considerado como uma combinação de Neoclassicismo e de Romantismo (Coelho, 1959, 1970, *infra*, 1.4), embora o seu reconhecimento como período literário não seja consensual e, mais recentemente, a sua identidade tenha vindo a suscitar perplexidades. Quanto à categoria de rococó, utilizada para designar uma graciosa combinação entre erotismo e engenho (Hatzfeld, 1968), Jorge de Sena propôs a sua aplicação a todo o século XVIII, o que implica a consideração desta centúria como um bloco literariamente homogéneo (Sena, 1980). Diversa é a posição de Vítor Aguiar e Silva, ao constatar a impossibilidade de reduzir atitudes substancialmente díspares a um esquema unitário (Silva, 2004: 532-533). Hoje em dia, o uso da designação tende a ser pontual.

O Neoclassicismo e, de uma forma mais geral, a literatura portuguesa do século XVIII, foram estigmatizados através de uma imagem que condensa o paradigma dos preconceitos contra a literatura portuguesa (Cuadrado, 1998: 9-10). Essa imagem foi sendo construída ao longo de todo o século XIX, desde Garrett, na «Notícia» que antecede a *Lírica de João Mínimo* ou no *Bosquejo da história da poesia e língua portuguesa*, até Teófilo Braga, que dedicou vários estudos a este período. Todavia, muitos desses pressupostos, descontextualizados, continuaram depois a ser repetidos de forma acrítica. Nas páginas iniciais do célebre volume que dedicou à Arcádia Lusitana (Braga, 1899), Teófilo condena o atraso, a dependência do estrangeiro e o obscurantismo retrógrado do século XVIII, acentuando os efeitos nefastos, quer da onipotência jesuítica, quer do dirigismo do Marquês de Pombal, quer da intolerância de D. Maria. Pelo que diz respeito à sua história literária, resume-a à Arcádia Lusitana e aos seus ecos, associando a poética normativa dessa instituição a condicionalismos impostos pelo

poder. Ressoam, nesta opinião, decorrências da estética romântica que levam ao repúdio da imitação. Este princípio serviu de base a todo o labor poético a partir do Renascimento, sem que se confunda, porém, com uma atitude de seguidismo, frontalmente rejeitada por Correia Garção (Garção, *infra*, 1.3). Na actualidade, é dado adquirido que o atraso da cronologia de uma literatura não vale, por si, como critério qualitativo. Esse desfazamento é característico de toda a periodização literária portuguesa, na sua generalidade, quando comparada com a de certas literaturas, e nesse plano o Neoclassicismo não é excepção. Aliás, se Menéndez Pelaio nota que o triunfo do Neoclassicismo foi menos conturbado em Portugal do que em Espanha (Menéndez Pelaio, 1940: 478-482), alguns campos da actividade dramática abrem-se, em momento precoce, a fenómenos de circulação europeia (*infra*, 6.1). Os propósitos de regeneração ganham sentido no quadro de uma vasta plataforma de alcance europeu, com a reactivação de relações culturais que se encontravam adormecidas, em virtude de condicionalismos de isolamento histórico e dos conflitos com Espanha. Além disso, há que ter em linha de conta o papel mediador desempenhado pelas letras portuguesas, através da interacção entre a Europa e os domínios coloniais, numa época fulcral para a formação da literatura brasileira (Cândido, 2006).

As sínteses de Hernâni Cidade (Cidade, 1984) e de Óscar Lopes e António José Saraiva (Saraiva, 2005) delinearão um quadro bastante mais amplo e articulado do que aquele que até então tinha vindo a ser exposto. No entanto, a configuração e a conjugação de correntes e movimentos são ainda, em boa parte, matéria a explorar, e a poesia continua a receber maior atenção crítica do que a prosa. Trata-se, por conseguinte, de uma área de investigação extremamente fecunda em variadíssimos campos, desde a sistematização histórico-literária, à pesquisa monográfica sobre escritores e assuntos específicos, à edição, à compilação bibliográfica ou à literatura comparada, nas suas incidências europeias e coloniais.

2. Barroco e Neoclassicismo encontram-se delimitados por fronteiras porosas e serpentinadas. Pontuam-nas movimentos de reacção nos campos da poesia (Valadares e Sousa, *infra*, 2.1.3; Arcádia Lusitana, *infra*, 3.), da tratadística (*Verdadeiro método de estudar*, *infra*, 2.1.5-6) e do teatro (querela entre o teatro francês e o teatro espanhol, *infra*, 6.1.4), os quais levaram, porém, algum tempo a frutificar. As críticas aos exageros do Barroco foram formuladas por alguns dos mais destacados expoentes deste período literário, como o Padre António Vieira, Frei Lucas de Santa Catarina, António José da Silva ou Francisco Leitão Ferreira, mas a sua fundamentação entronca no próprio sistema barroco, que não é posto em causa. A tradução da *Arte poética* de Boileau, feita por D. Francisco Xavier de Meneses à volta de 1697, é às vezes apresentada como sinal pristino do interesse pelas

poéticas normativas neoclássicas. Todavia, se já foi analisada a distância que a separa do original francês, não há sinais da sua difusão imediata e o texto só foi editado em 1793, no *Almanaque das Musas* (Monteiro, 1965). Permanências barrocas e inovações neoclássicas coexistem até uma altura avançada, quando os princípios da nova estética são já bem conhecidos. As grandes compilações de poesia barroca têm edições em 1716-1728, 1746 (*Fénix renascida*) e 1761-1762 (*Postilhão de Apolo*), ou seja, o *Postilhão* sai depois da fundação da Arcádia Lusitana (1757).

Por sua vez, a inter-relação entre as categorias de Neoclassicismo e de Pré-Romantismo, bem como a identidade desta última, têm vindo a ser discutidas. O Pré-Romantismo foi alvo das investigações realizadas ao longo da primeira metade do século xx por Paul Van Tieghem, que o caracterizou como reacção contra a poesia de cunho clássico e as suas regras, tendo por modelo a natureza, sobrepondo o sentimento à razão, e valorizando a originalidade, a sensibilidade, o entusiasmo, o génio e a utilidade da poesia. Van Tieghem configurou esse quadro a partir de exemplos tirados da literatura francesa, para estender a sua perspectiva, a partir de uma óptica comparatista, à literatura alemã, inglesa e a outras literaturas do Norte da Europa, mas foi parco em referências às literaturas ibéricas. Já Camilo Castelo Branco notara, porém, que alguns aspectos do Romantismo se encontravam embrionariamente presentes em poetas de finais do século xviii, ideia retomada por sucessivos críticos (Teófilo Braga, Bell, Fidelino de Figueiredo) e ampliada por Hernâni Cidade (Cidade, 1984), que transpôs o conceito, empiricamente, para a literatura portuguesa (sobre os autores e as questões específicas implicadas, *infra*, 4.). A etiqueta alcançou grande sucesso, para o qual contribuiu o seu carácter abrangente, que permite uma fácil adaptação às mais diversas circunstâncias. É até aplicada, por vezes, aos poetas da Arcádia Lusitana, para pôr em evidência as modulações da sua sensibilidade, enquanto modo de os redimir da frieza de que são acusados, por seguirem com rigor os preceitos neoclássicos.

Todavia, foram formuladas observações críticas, de alcance muito diverso, acerca dessa categoria, que de uma forma ou de outra puseram em causa a sua consistência. Jacinto do Prado Coelho antecipou, em alguns aspectos, o ponto de vista que viria a ser defendido por Henri Peyre, que não admitiu a existência de um Pré-Romantismo, como movimento dotado de identidade de perspectivas. Em seu entender, o Romantismo dos clássicos é efeito de uma interpretação retroactiva e teleológica, que permite sempre a identificação de características que são definidas *a priori*, através do respectivo isolamento. Considerando a situação portuguesa, Prado Coelho reconduziu a questão à poesia, aceitando a existência de poetas pré-românticos, mas não de um Pré-Romantismo (Coelho, 1959, 1970, *infra*, 1.4). Essa óptica foi depois retomada por Álvaro Manuel Machado,

ao classificar o Pré-Romantismo como um caos organizado, que deriva de uma estrutura clássica e provoca a sua desagregação a partir de dentro (Machado, 1979: 22-23), pelo que, excepção feita a Bocage, considera ser mais exacta a designação dessa poesia como neoclássica (Machado, 1982: 14). Posteriormente, a divulgação da leitura de Roland Mortier, associada à revisão crítica feita para outras literaturas europeias, levou à contestação do uso dessa categoria. Considerando a estética da sensibilidade (*sensibility*, *sensibilité*, *Empfindsamkeit*) uma corrente de matriz neoclássica, que coaduna o culto do sentimento com a força orientadora da razão, Maria Manuela Delille retomou o assunto, a propósito das traduções de D. Leonor de Almeida, Marquesa de Alorna, que integra neste filão (Delille, 2003; 2006, *infra*, 1.4). A razão não é objecto de menosprezo, característica atribuída ao Pré-Romantismo, pelo que propõe a substituição deste espaço de incidência categorial pelo de uma estética da sensibilidade. Perspectivas críticas do mesmo teor levaram também, recentemente, à revisão do enquadramento de Bocage, o poeta que tinha vindo a ser apresentado como grande baluarte de um Pré-Romantismo. À imagem de uma existência dilacerada, Höfner contrapõe a de uma entidade ficcional que, através de registos diferenciados, vai apresentando múltiplas encenações da sua intimidade, numa indagação antropológica de matriz iluminista (Höfner in Neumann, 2006: 79-133; e Neumann, 2006, *passim*).

Neste quadro, a classificação do grupo de poetas activos entre finais do século XVIII e inícios do século XIX exige grandes precauções críticas. Mas a questão envolve territórios mais vastos, conforme o mostra o caso de Francisco de Pina e Melo, que já foi classificado como um pré-romântico (Coelho, 1959), um adepto do classicismo (Silva, 1962: 141-148) e um eclético (Castro, 2008: 643-644). Deste conjunto de interrogativos, resulta a necessidade de uma revisão de fronteiras periodológicas que investigue o modo como se processa a evolução do Neoclassicismo para o Romantismo, não só no campo do lirismo, mas nos vários domínios genológicos (Ferraz, 2003, *infra*, 1.4).

3. As características específicas e o percurso descrito pelo Iluminismo português têm directa incidência na literatura deste período. Trata-se de um momento decisivo para a afirmação do valor institucional das letras e dos letrados, em nome de um ideal formativo de ordem ética e cívica. Este campo tem vindo a ser estudado, em particular, pela história das ideias.

O gradual processo de laicização do saber, fruto do qual a actividade de reflexão e pesquisa se vai afastando de esquemas reproduzidos de forma acrítica, em nome de uma autoridade dogmática (Martins, 2002b; Pereira, 2004: 91-103; Araújo, 2003), está em curso desde inícios do século XVIII, para sofrer um impulso decisivo no seu último quartel e depois anunciar a Revolução Liberal de 1820. Costuma ser dividido em três ciclos, o que

vai até à década de 1750; o que se conclui com a Viradeira, ou seja, o movimento que assinala o início do governo de D. Maria I e a queda do Marquês de Pombal; e o que se estende até aos primórdios do século seguinte. O primeiro começa no reinado de D. João V e recebe o apoio dos altos círculos da nobreza, como os Ericeira. É assinalado pela actividade de diplomatas de carreira internacional, pelo envio de bolseiros a vários países da Europa, pela passagem, por Portugal, de intelectuais ligados ao espírito das Luzes ou pela atribuição, aos Oratorianos, de responsabilidades até então só detidas pelos Jesuítas. São desbravadas vias de indagação diversificadas e plurais (Andrade, 1966, 1982; Carvalho, 1981; Pereira, 2004; Ramos, 1988), entre a recuperação do pensamento de Aristóteles, liberto da interpretação a que fora sujeito pela escolástica (João Baptista), uma linha cartesiana ligada a Port-Royal (Azevedo Fortes) e uma vertente empirista atenta a Bacon, Newton e Locke (Castro Sarmiento, Verney, Ribeiro Sanches). Lançam-se as bases para uma nova compreensão da história, com a fundação da Academia Real da História Portuguesa (1720; Mota, 2003), e para novos projectos pedagógicos (Martinho de Mendonça, Azevedo Fortes, Verney, Ribeiro Sanches, Sousa Nunes). A segunda fase é marcada pela intervenção de Carvalho e Melo (Maxwell, 2001). É posto em prática um programa educativo, com a criação do Colégio dos Nobres, a reforma da Universidade (*Compêndio histórico do estado da Universidade*, 1771; e *Estatutos da Universidade de Coimbra*, 1772), o plano para os Estudos Menores e outras medidas (Carvalho, 1978, 2001). Trata-se de um dos aspectos mais avançados da sua governação, juntamente com a planificação urbana, em particular a de Lisboa, depois do Terramoto (França, 1989). Todavia, além de ter expulsado os Jesuítas, reprimiu pensadores de valor (Teodoro de Almeida, Inácio Monteiro, João Baptista, João Chevalier) e impulsionou a recuperação de elementos da tradição filosófica aristotélico-escolástica susceptíveis de justificarem o poder absoluto. Num terceiro momento, esta faceta será potenciada por D. Maria e pelo Príncipe D. João, mas a intensidade da circulação de ideias é cada vez mais forte. Para isso, contribuíram diversos factores. Intelectuais que tinham sido hostilizados regressaram a Portugal, de entre os quais o Duque de Lafões e o Abade Correia da Serra, fundadores da Academia Real das Ciências de Lisboa (1779; Martins, 1995), ao mesmo tempo que se começavam a fazer sentir os efeitos da reforma do ensino.

O projecto iluminista assumiu, nas várias literaturas e culturas europeias, feições distintas, mas uma das grandes questões em debate incide sobre a sua penetração, quando não sobre a própria viabilidade dessa penetração, em países católicos. A questão decorre de Kant, quando define a *Aufklärung* como uma forma de, através do livre exame, sair de uma menoridade devida, em grande parte, à tutela religiosa. Os estudiosos do Iluminismo português têm vindo a pôr em relevo a moderação do seu

APRESENTAÇÃO	7
1. QUESTÕES PERIODOLÓGICAS E QUADRO CONTEXTUAL	
1. Introdução	13
2. Bibliografia	23
3. Textos doutrinários	
— Francisco José Freire: Finalidades da poesia	29
— Luís António Verney: A educação intelectual da mulher ..	30
— Correia Garção: Imitadores e plagiários	32
— Francisco Bernardo de Lima: O gosto das artes e ciências: um projecto de divulgação.....	33
— Manuel Maria de Barbosa du Bocage: A pena de talião	34
4. Textos críticos	
— Jacinto do Prado Coelho: Barroco, Neoclassicismo, Pré-Romantismo: justaposição e concomitância.....	37
— Carlos Reis: Classicismo e Neoclassicismo	39
— Vítor Manuel de Aguiar e Silva: O Seiscentismo e Luís António Verney.....	43
— Maria de Lourdes A. Ferraz: A lírica, entre narratividade e dramaticidade.....	45
— Maria Manuela Gouveia Delille: A estética da sensibilidade.....	48
— J. S. da Silva Dias: O eclectismo no século XVIII	51

2. OS PRIMÓRDIOS DO NEOCLASSICISMO E LUÍS ANTÓNIO VERNEY

1. Introdução	57
2. Bibliografia	71
3. Textos doutrinários	
— José Xavier Valadares e Sousa: O <i>Exame crítico</i> e a preceituação neoclássica.....	75
— D. Francisco Xavier de Meneses: Regras do poema épico	76
— Manuel de Azevedo Fortes: Antigos e modernos	78
— Francisco Xavier de Oliveira: Uma visão crítica do mecenato.....	79
— Luís António Verney: O lugar da retórica.....	81
— Luís António Verney: Conceito de poesia	83
— Luís António Verney: Programa pedagógico.....	85
4. Textos críticos	
— Ofélia Paiva Monteiro: O compromisso entre Barroco e Neoclassicismo de D. Francisco Xavier de Meneses	89
— Vitorino Nemésio: O Cavaleiro de Oliveira como escritor.....	92
— José V. de Pina Martins: Verney contra a escolástica.....	94
— Maria Luísa Malato Borralho: Estratégias literárias do <i>Verdadeiro método de estudar</i>	97
— Aníbal Pinto de Castro: Poesia e retórica no <i>Verdadeiro método de estudar</i>	100
— Francisco José de Jesus Topa: Poesia inédita de Verney.....	102
— António Salgado Júnior: Sobre a suposta ‘parcialidade’ polémica do <i>Verdadeiro método de estudar</i>	105

3. CONCEPTUALIZAÇÃO POÉTICA E PRÁTICA LITERÁRIA DA ARCÁDIA LUSITANA

1. Introdução	111
2. Bibliografia	125
3. Textos doutrinários	
— Francisco José Freire: Beleza, artifício e verdade	127
— Correia Garção: Entre tradição e inovação.....	129
— António Dinis da Cruz e Silva: A poesia pastoril e o estilo rústico.....	130

— Miguel Tibério Pedegache Brandão Ivo: Abolição da rima	132
---	-----

4. Textos críticos

— António José Saraiva: Estatutos e significado da Arcádia Lusitana.....	135
— Massaud Moisés: A doutrina do Neoclassicismo arcádico..	137
— Ivan Teixeira: Imitação icástica e imitação fantástica	140
— Hernâni Cidade: Correira Garção e a poetização da realidade.....	142
— Helena Carvalhão Buescu: Hipérbole e literalidade. <i>A Cantata de Dido</i>	144
— António José Saraiva, Óscar Lopes: A imaginação mitificadora de <i>O Hissope</i>	147
— Maria Helena da Rocha Pereira: A paisagem brasileira no arcadismo de Cruz e Silva.....	148

4. EVOLUÇÃO E DIFUSÃO DO ARCADISMO

1. Introdução	155
2. Bibliografia	175
3. Textos doutrinários	
— D. Leonor de Almeida: Novas dos sábios.....	181
— Pedro José da Fonseca: Sobre a versificação	182
— Filinto Elísio: Defesa da lusitana língua	184
— Nicolau Tolentino: Um novo género de poeta	186
— Manuel Maria de Barbosa du Bocage: Pavorosa ilusão da Eternidade	186
— José Agostinho de Macedo: Poemas científicos e poemas épicos.....	188
4. Textos críticos	
— Teófilo Braga: O Grupo da Ribeira das Naus e a Guerra dos Poetas	189
— António Coimbra Martins: José Anastácio da Cunha, Pope e Voltaire.....	190
— Hernâni Cidade: Filinto Elísio, a poesia da amargura e da revolta.....	193
— Jacinto do Prado Coelho: O pecado e a graça na poesia amorosa de Bocage	196
— Artur Anselmo: A fortuna editorial de Bocage	198

— Esther de Lemos: Filintismo e elmanismo	202
— Teresa Sousa de Almeida: O olhar de Alcipe.....	206
— Vanda Anastácio: Francisco Joaquim Bingre, um continuador dos primeiros Arcades	209
— Óscar Lopes: De Tolentino a Cesário	212
— J. Almeida Pavão: Os poemas épicos de José Agostinho de Macedo.....	213

5. A PROSA E A REVITALIZAÇÃO DO SISTEMA DOS GÊNEROS

1. Introdução	221
2. Bibliografia	239
3. Textos doutrinários	
— Frei Manuel do Cenáculo: Argumentos da razão para bem persuadir.....	245
— Teodoro de Almeida: O discurso da filosofia natural	246
— Teodoro de Almeida: A formação do público leitor e a liberdade da prosa.....	248
— António das Neves Pereira: Romance e poema épico	250
— Bento Morganti: Para a elaboração de folhas volantes	252
4. Textos críticos	
— Ofélia Paiva Monteiro: Prosa e poesia: a fruição	255
— Margarida Vieira Mendes: O método de pregar, de Bluteau e Verney a Cenáculo	258
— Zulmira Santos: Literatura e espiritualidade em Teodoro de Almeida	262
— Jacinto do Prado Coelho: Sentido das <i>Aventuras de Diófanos</i>	266
— Zulmira Santos: Os cruzamentos da ‘história’ em o <i>Feliz independente</i>	269
— Fernando Alves Cristóvão: Recepção de Fénelon.....	273
— Arnaldo Saraiva: Literatura de cordel, literatura popular, literatura marginalizada	276
— Andréa Rocha: José Agostinho de Macedo, entre agressividade polémica e profanação	279

6. O TEATRO

1. Introdução	285
2. Bibliografia	303
3. Textos doutrinários	
— Alexandre de Gusmão: Por um novo teatro	309
— Francisco Bernardo de Lima: A ópera, necessário divertimento	310
— Anónimo: O crítico ignorante	312
— Francisco José Freire: Método breve para se formar uma tragédia	313
— Correia Garção: Não ensanguentar o teatro na tragédia	315
— Manuel de Figueiredo: No labirinto da comédia	316
— Almeida Garrett: Neoclássicos, clássicos antigos e incertezas de uma transição.....	318
4. Textos críticos	
— Manuel Carlos de Brito: A introdução da ópera em Portugal	321
— Luiz Francisco Rebello: Pombal e o teatro.....	325
— Luís Miguel Cintra, Jorge Silva Melo: A vitalidade do teatro de cordel	327
— Giuseppe Carlo Rossi: Teatro português e teatro estrangeiro.....	330
— Jorge de Faria: Teatro francês em Portugal	330
— José da Costa Miranda: Metastasio, entre os Arcades e a Real Mesa Censória.....	332
— José da Costa Miranda: Contributo de Goldoni para a renovação do teatro português.....	336
— José Oliveira Barata: <i>Logos e praxis</i> na comédia de Manuel de Figueiredo.....	338



Verbo

Editora é uma marca



HISTÓRIA CRÍTICA DA LITERATURA PORTUGUESA VOLUME IV

Edição © Nome da editora
Texto © Nome do Autor

DIRECÇÃO
Carlos Reis

IMAGEM DA CAPA
ioioioioioio

REVISÃO
ioioioioioio

Esta edição foi composta em caracteres
Times New Roman e impressa
por ioioioioioio para a Verbo
em ioioioioioio de 2010.

ISBN
000-000-000-000-0

DEPÓSITO LEGAL
000000/00

BABEL
Avenida António Augusto de Aguiar 148, 6.º
1069-019 Lisboa
PORTUGAL
TEL: +351 213 801 100
FAX: + 351 213 865 396
EMAIL: BABEL@BABEL.PT

WWW.BABEL.PT

Nós não somos do seculo d'inventar as palavras. As palavras já foram inventadas. Nós somos do seculo d'inventar outra vez as palavras que já foram inventadas.

José DE ALMADA-NEGREIROS



